

TERCEIRO SETOR, CLUBES DE TROCAS E CLASSES PAUPERIZADAS NA ARGENTINA: COSTUMES SOCIAIS E PRÁTICAS INSURGENTES.

Juliano Locatelli Santos*

Introdução

O presente estudo tem por objeto a análise sobre dois movimentos distintos, embora simultâneos na Argentina da década de noventa e início do século XXI: o movimento dos clubes de trocas, enquanto atividade da denominada economia social ou terceiro setor, e o movimento de resistência dos desempregados, denominado naquele país de movimento piqueteiro. Busca-se responder às seguintes perguntas: os clubes de troca se afiguram como expressão de um movimento efetivamente anticapitalista, politicamente articulado em torno de práticas de insurgência ao modo de produção capitalista em períodos de crise e agravamento das desigualdades sociais? Ou diversamente, significam apenas iniciativas instrumentais no capitalismo e paliativas em períodos de crise econômica? Houve, nesse sentido, alguma relação entre o lumpemproletariado piqueteiro e os clubes de trocas? Esta classe social pode possuir uma postura política insurgente ou revolucionária? Para tal, se analisa o cenário argentino desde a década de 90, culminando com a crise econômica de 2001, em que de forma concomitante se observa o advento de uma efetiva resistência popular pelas massas pauperizadas, através do movimento piqueteiro. Ao mesmo tempo, surgem e se proliferam na Argentina os chamados clubes de *trueque*. Houve uma relação direta e uma fonte comum entre o lumpemproletariado argentino e as iniciativas de trocas sociais? Ou este movimento dos *trueques* se constitui antes como uma prática social desarticulada politicamente, ou uma iniciativa despolitizada, apenas relacionada ao movimento piqueteiro de modo circunstancial em torno da crise capitalista daquele período?

Primeiramente, aborda-se a questão dos clubes de trocas enquanto iniciativa da economia social, ou seja, enquadrando-a a partir da noção de terceiro setor. Segue-se abordando o cenário argentino pós regimes militares na década de 80, e o agravamento da crise econômica, o que ensejou o crescimento de um grande contingente de desempregados, que se organizam em torno de uma pauta mínima em torno das suas próprias condições de sobrevivência. Analisa-se também a questão da propensão ou não

* Mestre e doutorando em Direito Socioambiental e Sustentabilidade – PUCPR. Advogado. E-mail: juliano.locatelli@pucpr.edu.br

do lumpemproletariado a adquirir e exercer consciência de classe revolucionária, a fim de contextualizar o movimento piqueteiro argentino em termos da sua capacidade de articulação política e insurgência, e não apenas uma manifestação revoltosa esparsa e cooptável.

Por fim, busca-se perquirir sobre se, dada a origem de ambos – os clubes de trocas e o movimento piqueteiro - em períodos e localidades comuns, decorrentes do mesmo processo de crise econômica, os clubes de trocas seriam uma iniciativa coligada ao movimento piqueteiro, emergindo algum viés revolucionário ou insurgente em termos de uma prática contra-hegemônica ao capitalismo, ou se, ao invés, se tratou de uma prática social independente, ainda que originada de momentos de crise econômica. Busca-se portanto, através de pesquisa bibliográfica e documental, e análise crítica, tendo-se como referencial central a teoria marxista, investigar sobre as relações entre o movimento de desempregados e os clubes de trocas, a fim de verificar se esta iniciativa contém ou não uma relação direta e uma perspectiva política insurgente.

O terceiro setor e os clubes de trocas

As experiências relativas a clubes de trocas se enquadram dentre as iniciativas do assim chamado terceiro setor. Como situar politicamente tais iniciativas? Para tal, cabe assinalar o que seja o terceiro setor, dentro do leque mais amplo denominado de economia solidária ou economia social, para então estabelecer-se algumas premissas.

O terceiro setor pode ser considerado e conceituado por diversas matrizes e dimensões. Relaciona-se com as iniciativas advindas de um determinada sociedade que busca, constituindo-se de forma dissociada do Estado e do mercado (VIOLIN, 2010, p. 28), a realização de seus objetivos de bem-estar através de premissas como o empoderamento, cooperação, a reciprocidade e a solidariedade (NAMORADO, 2017, p. 5). Laville (2016) aborda a significação do que seja economia social, quando aponta que

recorrem, portanto, a meios econômicos para atingir finalidades que tangem ao modelo de sociedade: justiça social, preservação ambiental, diversidade cultural, entre outros. Em outras palavras, sua ancoragem no espaço público modifica seu modelo econômico, pois elas procedem a uma hibridização de recursos (comerciais, redistributivos, recíprocatórios), visando à realização de um projeto coletivo (p. 375).

Por sua vez, Henrique Wellen (2012) formula uma crítica à abordagem metodológica das expressões que traduzem os objetivos da economia social, que a seu ver denotam uma imagem equivocada do real. Define-os como um solipsismo, na medida em que para os teóricos da economia social, as relações econômicas deixam de se basear

no modo de produção capitalista, transformando-se em “relações solidárias, bastando para tanto apenas um impulso recíproco” (p. 93). Prossegue Wellen, afirmando ainda que “o sentido subjetivo particular do conhecimento, e não o movimento do real, passa a ser o lastro desse pressuposto metodológico, limitando o alcance da teoria a características elegidas individualmente” (p. 94).

Costuma-se contextualizar o terceiro setor a partir de uma abordagem histórica calcada na transição entre Estado social e neoliberalismo. De um contexto de supremacia do poder estatal a partir do pós-guerra, assumindo o *Welfare State* uma dimensão ampla de proteção e tutela social, ligada à noção de bem estar da comunidade, o Estado de bem-estar social assume para si - ao menos no plano teórico - a tarefa histórica de reconstrução das sociedades e das economias, distribuindo bens e direitos. Nesta narrativa, é de se considerar contudo, que em relação ao terceiro mundo, o capitalismo possui suas especificidades e replica relações econômicas de interdependência, nas quais os países latino-americanos assumem posição subordinada, e onde o denominado Estado integracionista (VIANA, 2009), ou Estado de bem-estar provavelmente não tenha sequer desembarcado.

Esta forma estatal logo entra em colapso, em uma conjuntura socioeconômica que conjuga não apenas a crise do petróleo, na década de 70, mas o advento do neoliberalismo e o regime de acumulação integral (VIANA, 2009), bem como os emblemáticos governos Thatcher, Reagan e Kohl, com a crescente globalização da economia, que definem um questionamento acerca dos custos sociais impostos ao Estado, ou o seu “cobertor social”. Com o neoliberalismo, e a diminuição das atribuições sociais do ente público, o Estado passa de provedor a regulador dos processos de distribuição de bens e direitos. O que antes era atribuição do Estado, passa a ser prerrogativa - e principalmente, oportunidade - do mercado. “O que era direito social universal passa a ser um favor e não um direito” (WELLEN, 2012, p. 171). Os processos de privatização de áreas estratégicas são a ilustração clássica desta forma neoliberal.

Pode-se pensar o terceiro setor a partir da sua dissociação, ou independência em relação ao Estado e em relação ao mercado. Mas é pertinente, todavia, questionar-se em que medida há ou não esta independência. Do ponto de vista das relações de poder historicamente consideradas, e partindo-se de uma perspectiva classista, diante da relação capital/trabalho, ou da divisão social a partir de duas classes sociais fundamentais, os detentores dos meios de produção, ou capitalistas de um lado, e de outro os não detentores dos próprios meios de produção, que são os trabalhadores, remanesce a pergunta: em que

medida se pode considerar o Estado, o mercado e até mesmo o direito, senão como instrumentos ao dispor das classes dominantes? Pode-se realmente distinguir os interesses do Estado dos interesses do mercado? Esta questão é relevante. Se o terceiro setor pode ser considerado como autônomo em relação ao Estado e ao mercado, ou parte integrante de um *tripé*, se considerarmos as relações entre o poder político e o poder econômico, ou entre a classe dominante burguesa e o Estado, em que termos remanesce um terceiro setor? Ou em verdade estaríamos diante de uma nova expressão para uma antiga e conhecida classe social, não detentora dos próprios meios de produção, e cuja exploração e precarização é condição necessária para a valorização do valor, denominada de proletariado? Se as demandas do terceiro setor não são objeto nem das políticas públicas, nem tampouco do interesse do capital privado, o tema se aproxima não mais da delimitação de três setores, mas de uma dimensão dual, expressada na luta de classes.

Seria possível considerar que a atuação do terceiro setor, e o seu crescimento, se dão a partir de vácuos de atuação. Age-se em espaços onde o Estado neoliberal não mais projeta atuar, eis que seus objetivos político-institucionais definham, ou a sua capacidade de abranger tais bens ou direitos é insuficiente. Ou ainda, pode-se considerar a atuação do terceiro setor onde o mercado não tenha manifestado o seu interesse. Ou seja, onde não haja a perspectiva do lucro, ou a transformação de uma demanda social em mercadoria. Estaria-se, nesta forma, em uma atuação de natureza residual pelo terceiro setor. A este, restaria assim, as migalhas do que foi desprezado pelo Estado e pelo mercado.

Pensar a atuação do terceiro setor enquanto inserido na economia social, e a partir da tensão entre Estado social e neoliberalismo, impõe ainda questionar se atua o terceiro setor de forma paralela ao Estado, no co-desenvolvimento de políticas públicas, na perspectiva do estabelecimento de uma atuação conjunta, que embora realizada pelo Estado, seja também permitida ou concedida ao terceiro setor. E ainda, torna necessário questionar a atuação do terceiro setor em paralelo com o mercado, “domesticando-o” e instaurando elementos da solidariedade e reciprocidade em um campo preocupado apenas com o lucro. Considerar a resposta afirmativa para estas perguntas, implica em conceber uma atuação *em paralelo* do terceiro setor. Ou ainda, o que há de autonomia nesta atuação conjugada, e quanto tal forma implica em cooptação do terceiro setor, tanto pelo Estado como pelo mercado? Nesse sentido, a resposta parece evidente, desnudando a realidade. “Apesar das assimetrias, ainda que de forma não tão aparente, a economia solidária consubstancia-se através de ingredientes que servem para legitimar o modo de produção

capitalista e tal atitude demonstra uma função social no mínimo ilusionista” (WELLEN, 2012, p. 157).

Portanto, o terceiro setor é marcado pela sua heterogeneidade. Constitui-se de um leque de horizontes e vertentes que dificultam ou até impedem que se aponte um único caminho conceitual, dado que pode assumir diversas formas, e ainda estabelecer relações das mais diversas, quando atrelado às estruturas estatais ou mesmo às estruturas do mercado. O que denota para o quanto os assim chamados modelos sociais de economia podem ser objeto de captura ou apropriação. Em outros termos, pode-se tomar como premissa que o terceiro setor, e suas iniciativas vinculadas a uma economia social não se identificam necessariamente com uma *práxis* emancipatória, eis que gravitam inteiramente dentro dos parâmetros do modo de produção capitalista. Esta é a hipótese que ora se pretende avaliar, a partir dos clubes de troca, experiência social típica do terceiro setor, que em um olhar inicial e desavisado, pode gerar a impressão de que se trata de alguma subversão ao funcionamento do capitalismo. A não utilização do dinheiro, a vivência comunitária ordenada para a utilização de produtos de origem artesanal, considerando-se o seu valor de uso, e ainda a adoção de práticas de consumo dissociadas dos mecanismos da grande produção, poderiam orientar para alguma ruptura em relação ao sistema instituído, o que move a inquietação deste estudo em relação aos clubes de trocas.

E para tal, cabe ter como âmbito de análise a Argentina, país onde mais se desenvolveram as chamadas moedas sociais e os clubes de troca, em face da grave crise capitalista na década de 90, que culminou com um momento crítico no final do ano de 2001, com as medidas de governo que restringiram o acesso aos depósitos bancários, também chamada de *corralito*.

Para perquirir sobre a dimensão das iniciativas de clubes de trocas, deve-se associar a esta análise os seus agentes e destinatários. Razão pela qual, se busca investigar, na crise argentina, se efetivamente existem, e quais podem ser as relações entre as classes pauperizadas e os clubes de troca. E a relação específica que justifica tal abordagem está no fato de que os dois fenômenos sociais são advindos do mesmo momento histórico, e da mesma localidade, mas que todavia podem não ser diretamente relacionados.

A crise capitalista argentina e o movimento piqueteiro

Para compreender o surgimento e as lutas do lumpemproletariado argentino, organizado sob a alcunha de movimento piqueteiro, é necessário resgatar-se o cenário

mundial de crises do capitalismo, que redundam no regime de acumulação integral. O capitalismo não se desenvolve de maneira linear, nem tampouco permanece intacto às transformações sociais e à sua própria necessidade de se reformular, como condição para a sua manutenção. Se o desenvolvimento da história das sociedades classistas pode ser determinado a partir dos seus modos de produção, o desenvolvimento do capitalismo também pode ser compreendido tendo-se como parâmetros os seus regimes de acumulação (VIANA, 2009, p. 14). São diversos tais regimes de acumulação que, entremeados por crises capitalistas, fazem exsurgir regimes com características próprias em delimitados períodos e regiões, mantidos entretanto os elementos básicos da extração de mais-valia e a luta de classes (BRAGA, 2013).

Pelo termo regime de acumulação, Nildo Viana considera tratar-se de um “estágio do desenvolvimento capitalista, marcado por determinada forma de organização do trabalho (processo de valorização), determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional” (2009, p. 30). São mudanças no interior do capitalismo, motivadas por resistências, ou crises que ameaçam a extração de mais valor e o aumento da taxa de lucro médio. Entre diversos regimes ao longo do capitalismo, tem-se na atualidade o regime de acumulação integral. Este surge a nível mundial, após diversas tensões sociais e políticas, bem como a crise do petróleo na década de setenta do século XX, se consolidando na década de 80 com o modelo neoliberal. Tal regime, na expressão de Viana, “busca ampliar simultaneamente a extração de mais-valor relativo e absoluto e tem como complemento necessário para efetivar isso o Estado neoliberal e o neoimperialismo” (2009, p. 35).

Esa dinâmica não se desenvolve de maneira equivalente em todo o mundo. Em suas periferias, os regimes de acumulação internacionalizados se convertem em modelos dependentes, ou subordinados de exploração, marcados pelas características notoriamente conhecidas da cartilha neoliberal, na qual as privatizações, a superexploração da força de trabalho e o derretimento dos direitos sociais são parte integrante. Nesse sentido, o projeto neoliberal enfim chega na Argentina na década de 80. A ditadura militar iniciada em 1976 fez disparar a dívida externa, e interrompe o processo de industrialização. O Governo de Raul Alfonsín, eleito em 1983, foi marcado pela hiperinflação, pelo início de um processo de privatizações que viria a se intensificar no governo posterior, demarcando a diminuição do Estado argentino, e pela abertura de mercado ao capital estrangeiro. Seu sucessor em 1989, Carlos Menem, consolida a tendência neoliberal de abertura dos mercados, privatizações, a tentativa de equiparação do peso argentino ao dólar (SVAMPA, 2005, p.

33), incluindo-se neste contexto de diminuição do Estado a reforma na legislação trabalhista, que se traduz em maior terceirização de mão de obra, diminuição do emprego formal e esfacelamento da atuação sindical.

É necessário compreender a associação entre o regime de acumulação integral, a sua forma neoliberal, e uma das suas consequências, a formação de um lumpemproletariado miserabilizado diante do agravamento das condições sociais. Ou seja, o lumpemproletariado é consequência, ou resultado dos regimes de acumulação. A partir da década de noventa, isto se torna claramente perceptível na sociedade argentina.

Decorre deste processo de lumpemproletarização o surgimento de um movimento classista próprio, composto pela massa de desempregados em face do cenário de privatizações, terceirizações, precarização e marginalização das periferias, denominado de movimento piqueteiro (BRAGA, 2013). Uma das principais formas de protesto se centrava no bloqueio de estradas e importantes vias urbanas, bem como a prática de dinâmicas deliberativas que melhor organizavam a ação do movimento.

Deste modo, a ação direta no bloqueio de ruas e estradas consistia no principal método de agir do movimento piqueteiro. O ato de bloquear ruas e estradas de forma eficiente exigia outras formas organizativas no movimento piqueteiro, tais como deliberar sobre os bloqueios, formar comissões específicas para cada ação, tal como comissões responsáveis por garantir a segurança nos piquetes e promover o enfrentamento contra as forças repressivas etc. Todas essas deliberações ocorriam em assembleias nos bairros onde todos participavam e decidam de forma horizontal e auto organizados (BRAGA, 2012, p. 48).

Assiste-se durante a década de noventa, até meados do ano de 2002, uma expansão do movimento piqueteiro para diversas regiões do país, sendo que na região dos arredores de Buenos Aires, denominada Conurbano Bonaerense, se encontram localizadas as formas organizativas mais atuantes. O que coincide com áreas especialmente desprovidas de condições dignas de moradia, saneamento e de formulação de políticas públicas pelo ente estatal.

Nesse contexto, para além das iniciativas assistencialistas advindas das relações entre setores da política institucional e setores populares cooptados pelas promessas incumpridas de um desenvolvimento que nunca chegou, o movimento piqueteiro passa a se organizar internamente para a resistência, a partir de três formas delimitadas. A ação direta através dos piquetes, a dinâmica de assembleias, como exercício de formas de democracia direta, e o trabalho territorial comunitário (SVAMPA, 2005; SVAMPA, 2011). Especialmente em relação a estas atividades territoriais e comunitárias, que em determinados casos contavam com subvenções financeiras estatais, Maristela Svampa menciona que o movimento piqueteiro como um todo desenvolve redes de solidariedade

locais, que se caracterizam primordialmente pela autogestão através do desenvolvimento de frentes de trabalho comunitário, e de pequenas economias de subsistência (2005, p. 252). Lisandro Braga assinala que

E agora, principalmente na região metropolitana da capital federal, em que os piqueteiros passariam a exigir trabalho e subsídios estatais para o lumpemproletariado tocar diversas atividades comunitárias (refeitórios, hortas comunitárias, padarias, fabricação de tijolos, construção de moradias, postos de primeiros socorros, centros de educação popular etc.) com o objetivo de fazer frente à fome e toda condição insalubre que caracteriza a vida em um território intensamente lumpemproletarizado. Esse conjunto de atividades, juntamente com a tarefa de militar, pressionando o estado com os piquetes e bloqueios de estradas para exigir subsídios, promoveria um conjunto de relações sociais marcadas pelo trabalho coletivo, pela solidariedade, pela substituição da estigmatização e autoculpabilização que carrega essa classe social, pelo sentimento positivo de pertencer a um coletivo, pela dignidade do trabalho auto-organizado, pela resistência e enfrentamento coletivo para garantir a sobrevivência, pela esperança em atingir a dignidade através da luta, pelo avanço da consciência etc. (BRAGA, 2016, p. 243).

Mesmo as iniciativas comunitárias desenvolvidas no âmbito do movimento piqueteiro parecem se caracterizar por outras atividades, que não as relativas a clubes de trocas e utilização de moedas sociais, ainda que tais experiências tenham sido simultâneas.

O lumpemproletariado enquanto classe social e a sua dimensão revolucionária

A fim de se compreender a constituição das classes pauperizadas e a sua perspectiva insurgente, toma-se o debate acerca das classes sociais, tendo-se como referencial a teoria marxista. Trata-se de considerar que, além das classes fundamentais, burguesia e o proletariado, subsistiriam outras classes. Especialmente o lumpemproletariado. Busca-se enfrentar o debate sobre se as *classes em farrapos* (BRAGA, 2013) tendem ou não a serem cooptadas pelas classes dominantes, para enfim se analisar sobre a capacidade de insurgência política por estas classes, em específico o lumpemproletariado argentino vinculado ao movimento piqueteiro. Esta é uma condição primeira para pensar-se sobre se há uma relação entre o movimento piqueteiro e a articulação de um mercado social alternativo ou insurgente, na medida em que ambos surgem em delimitações tempo-espaciais semelhantes. É, nesse sentido, necessário formular-se uma construção teórica que relacione os sentidos gerais da obra de Marx para caminhar no sentido de uma teorização marxista acerca das classes sociais (VIANA, 2018).

Apresenta-se como apressada a compreensão de que o Capítulo 52 do Livro III de *O Capital*, denominado *As classes*, inacabado ante a morte de Marx, possa ser tido como

a afirmação peremptória de que as classes sociais seriam os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários (MARX, 2017a, p. 948). Nesse sentido, considera-se a ponderação de Mauro Luis Iasi, para quem este trecho é apenas o início de uma reflexão que não foi formulada, e que expressaria aparência, e não essência. Afirma Iasi que, “o conceito de classes de Marx não está no último suspiro de um capítulo inconcluso de *O capital*, mas em toda a extensão de sua vasta obra” (IASI, 2011, p. 107).

Há leituras que afirmam a existência de apenas duas classes sociais, as classes fundamentais, como sendo a burguesia, detentora dos meios de produção, e o proletariado, que vende a sua força de trabalho. Nildo Viana adentra neste debate e refuta a Lênin como um dos responsáveis por esta visão, na medida em que o líder russo adota uma teoria economicista e quantitativa, na qual “quem está fora do sistema de produção, não pertence à classe nenhuma” (VIANA, 2018, p. 256), inclusive o lumpemproletariado. Contudo, impõe-se de imediato estabelecer as balisas ou os elementos formadores de uma classe social, como condição para estabelecê-las. Ao ver de Lisandro Braga, estes requisitos definidores seriam três: “possuir um modo de vida comum (modo de vida da classe), interesses comuns (interesses de classe), e o estabelecimento de enfrentamento/aliança (enfrentamento/aliança entre classes) com outras classes sociais” (BRAGA, L, 2016, p. 17). Prossegue Lisandro Braga, destacando que

É importante destacar que burguesia e proletariado compõem as classes sociais fundamentais do modo de produção capitalista, mas que, no entanto, coexistem outras classes sociais que, inclusive, derivam da complexa relação que se estabelece entre essas classes fundamentais e da luta de classes no processo de produção. Uma dessas classes sociais, e que é objeto central desse estudo, é o lumpemproletariado (BRAGA, 2013, p. 33).

Nildo Viana, também aborda o tema, acrescentando que as classes subsidiárias, que embora não participem diretamente das relações de produção e do mecanismo de produção do mais-valor, se voltam para a sua reprodução, e possuem interesses específicos. Em relação ao lumpemproletariado, sua relação é ambígua, na medida em que encontram-se desempregadas, sendo necessário confrontarem-se com a burguesia, mas também necessitam dos benefícios que estas classes estejam dispostas a lhes conceder (VIANA, 2018).

É pertinente resgatar-se os sentidos a que Marx se refere ao lumpemproletariado, como forma de compreender a sua relação central com o modo de produção capitalista. Já no *Manifesto Comunista*, publicado em 1848, Marx e Engels afirmavam que “O lumpemproletariado, putrefação passiva das camadas mais baixas da velha sociedade, pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia, suas

condições de vida o predispõem mais a vender-se à reação” (MARX; ENGELS, 2005, p. 49). Há quem aluda à conclusão de que Marx teria afirmado categoricamente o seu desprezo por esta classe social, sub-entendendo que esta seria necessariamente cooptada pela burguesia.

No teor de *O 18 de brumário de Luis Bonaparte*, publicado originariamente em 1852, Marx aborda o tema da cooptação desta classe social pelo governante. É narrado o cenário da 2ª República na França, entre 1848 e 1851, quando o então presidente eleito, Luís Bonaparte, impõe o golpe de Estado que o converte em Imperador Napoleão III. Marx descreve a aliança entre Bonaparte e o lumpemproletariado francês, cooptado e organizado sob os auspícios da denominada *Sociedade 10 de Dezembro*, uma espécie de milícia paralela instituída e comandada por Bonaparte.

Sob o pretexto da instituição de uma sociedade beneficente, o lumpemproletariado parisiense foi organizado em seções secretas, sendo cada uma delas liderada por um agente bonapartista e tendo no topo um general bonapartista [...] Era *sociedade beneficente* na medida em que todos os seus membros, a exemplo de Bonaparte, sentiam a necessidade de beneficiar-se à custa da nação trabalhadora. Esse Bonaparte se constituiu como chefe do lumpemproletariado, porque é nele que identifica maciçamente os interesses que persegue pessoalmente, reconhecendo, nessa escória, nesse dejetos, nesse refugio de todas as classes, a única classe na qual pode se apoiar incondicionalmente; esse é o verdadeiro Bonaparte, o Bonaparte *sans phrase* [sem retoques] (MARX, 2011a, p. 91).

O 18 de Brumário traz assim uma narrativa que exemplifica a cooptação das frações lumpemproletárias pelos detentores do poder. Cabe entretanto enfrentar a questão sobre se Marx buscava demonstrar que nesta arregimentação haveria uma regra, ou se a cooptação seria apenas uma tendência. Nos parece que o mencionado trecho do *Manifesto* faz alusão a uma tendência, que pode ou não se confirmar. As expressões como “pode, às vezes”, ou “suas condições de vida o predispõem mais a”, são indicativas de uma tendência das classes lumpemproletárias, diante de suas condições famélicas. Mas que não se pode conceber, ao menos na leitura de Marx, como uma regra. Nildo Viana assinala serem escassos os instrumentos de luta e pressão do lumpemproletariado, em face da sua necessidade iminente de busca da própria sobrevivência, o que confere a esta classe enquanto característica, um maior individualismo e imediaticidade (VIANA, 2018).

Como o lumpemproletariado se coloca em termos de alguma importância no funcionamento da engrenagem capitalista, se está à margem da divisão social do trabalho? Nos parece que a partir do estabelecimento da relação de equivalência entre o lumpemproletariado e o denominado exército industrial de reserva, é possível responder a esta questão. Marx estabelece, no capítulo 23 do Livro I de *O Capital*, a relação entre o

exército industrial de reserva, ou superpopulação relativa, e a lei geral da acumulação capitalista. Em verdade, desde os *Grundrisse*, ou Manuscritos Econômicos de 1857 e 1858, Marx já desenvolvia o argumento de que “É só no modo de produção fundado sobre o capital que o pauperismo aparece como resultado do próprio trabalho, do desenvolvimento da força produtiva do trabalho” (MARX, 2011b, p. 503).

No Livro I de *O Capital*, analisa Marx como o aumento absoluto da população trabalhadora é sempre mais rápido do que o capital variável, e o crescimento do capital é vinculado ao decréscimo da força de trabalho que é absorvida. Decorre desta equação que “a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia em seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (MARX, 2017b, p. 705). Descreve Marx a formação desta superpopulação relativa, convertida em mão de obra desempregada, por ele subdividida em populações flutuante, latente, estagnada, e pauperizada. Todas se situando dentro dos interesses da acumulação capitalista:

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, *Ibid*, p. 707).

Para Marx não basta a força de trabalho para a produção capitalista. É imprescindível que com ela, conviva o exército industrial de reserva, de prontidão para substituí-la, mantendo viva a concorrência pelos postos de trabalho, e se convertendo em pano de fundo sob o qual se move a lei da oferta e da demanda (MARX, *Ibid*, p. 714), bem como instrumento de regulação dos salários e de aprisionamento do trabalhador ao capital.

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, *Ibid*, p. 711).

Afirma Marx a lei geral da acumulação capitalista, traduzida na expressão de que “a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital” (MARX, *Ibid*, p. 721). Demonstra-se a relação intrínseca entre a acumulação capitalista de um lado, e de outro a necessidade de preservação do exército industrial de reserva. Este atua como elemento de subvalorização da força de trabalho, que pode ser trocada a qualquer momento por salários menores, aumentando a sua mais-valia. Nildo Viana, mesmo reconhecendo um escalamento ou gradação de marginalidade em relação ao mercado de trabalho, compreende que haveria plena equivalência conceitual entre as noções de lumpemproletariado e exército industrial de reserva, ou superpopulação relativa.

Para nós, o lumpemproletariado é equivalente ao conceito marxista de exército industrial de reserva. Por conseguinte os lumpemproletários são aqueles que possuem necessidade de vender sua força de trabalho e que estão fora do mercado, por conseguinte estão marginalizados também no mercado de consumo e também na cidadania” (VIANA, 2009, p. 252).

Considerando-se sinônimos estes grupamentos sociais, e relacionando-se o exército industrial de reserva com a acumulação capitalista, enquanto elemento de regulação e aprisionamento da massa trabalhadora empregada, reforça-se a ideia de que o lumpemproletariado exerce, no modo de produção capitalista, um papel chave enquanto classe social efetivamente participante.

Cabe mencionar ainda um outro agrupamento social relacionado, avaliando-se em que medida este se dissocia da noção de lumpemproletariado: o precariado, que na definição de Ruy Braga é o proletariado precarizado (BRAGA, 2012). Referido autor estabelece que: “identificamos o precariado com a fração mais mal paga explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluídos a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considerá-la própria à reprodução do capitalismo periférico”. BRAGA, 2012, p. 19). Assim, o precariado é parte do proletariado, e efetivamente participante da divisão social do trabalho. Passou a ter suas condições materiais de existência pioradas, ainda que permanecendo produtivamente ativo. Diversamente do lumpemproletariado, que se encontra distanciado da divisão social do trabalho e do modo de produção. Lisandro Braga, por sua vez, pontua que a expressão precarização, é antes uma condição de classe do que a delimitação de uma classe específica, na medida em que

designa condições de precariedade que podem acometer não apenas o proletariado, mas também o lumpemproletariado (2016).

É intrínseca à condição de proletário a tendência crescente de precarização das suas condições materiais de existência, dentro das regras do capitalismo. Em um modo de produção estruturado sob uma lei geral que se fundamenta no aumento da riqueza pela realização da mais-valia, e que tem como condição, no outro pólo, o aumento da pauperização do proletariado, a precarização das condições de trabalho e de vida do proletariado e das classes em farrapos, não é circunstancial. É antes uma tendência e um movimento necessário ao capitalismo. David Harvey assinala o crescimento do precariado e sua relação com o avanço do neoliberalismo.

Muitas vezes referido, hoje em dia, como o “precariado” (para enfatizar o caráter flutuante instável de seus empregos e estilos de vida), esses trabalhadores têm sempre representado um grande segmento da força de trabalho total. No mundo capitalista avançado se tornaram cada vez mais proeminentes nos últimos trinta anos devido a mudanças nas relações de trabalho impostas pela reestruturação societária neoliberal e pela desindustrialização (HARVEY, 2011, p. 196).

Definido o lumpemproletariado enquanto classe social, a sua tendência à cooptação enquanto uma possibilidade, e não uma regra, e a sua importância no modo de produção capitalista, convém tratar do tema da consciência de classe pelos setores pauperizados diante da agudização das suas condições de existência. A enorme dificuldade em assumirem seu papel revolucionário, passa pela transformação da consciência de classe *em si*, para uma consciência de classe *para si*. Marx afirma, em meio a seu embate com Proudhon, que...”essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma” (MARX, 2017c, p. 146). Mauro Luis Iasi afirma que:

No tema da consciência de classe esses termos assumem o significado de diferentes graus de amadurecimento do movimento da consciência, sendo que uma consciência em si indicaria uma classe que ainda se define pela sua simples existência no conjunto das relações capitalistas, e no interior desta expressa seus interesses imediatos (ou numa síntese pouco precisa: econômicos); ao passo que uma classe que adquire uma consciência além de sua posição imediata, mas de seu papel histórico para além da ordem estabelecida, assumiria, assim, uma consciência para si (IASI, 2014, p. 131).

O processo de consciência de classe é complexo, na medida em que envolve conjunturas, etapas, avanços e retrocessos. E essencialmente porque se as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes (MARX; ENGELS, 2009, p. 67), o pressuposto para a superação da alienação é o enfrentamento das premissas ideológicas

próprias do modo de produção capitalista, cuja dominação foi, e continua sendo, historicamente exercida sobre a consciência.

Nesse sentido, o agravamento das condições sociais observado diante da crise argentina desde a década de noventa até o início do século XXI, ao mesmo tempo que pode incitar a formas de consciência revolucionária, na qual nega-se “a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital” (IASI, 2011, p. 32), pode também recrudescer este processo. A questão que se coloca, está em como avançar nos processos de consciência de classe, que são a própria expressão da luta de classes, considerando-se que o avanço da consciência de classe é também, simultaneamente, o avanço da luta de classes.

Nildo Viana assinala que estão na forma como se desenvolve o processo de luta de classes e na sua intensidade, a definição da tendência da classe lumpemproletária à alienação, ou a algum viés revolucionário.

O lumpemproletariado é potencialmente revolucionário, embora alguns indivíduos lumpemproletários possam assumir posição conservadora. É o processo de luta de classes e a forma como se dá concretamente o combate entre proletariado e burguesia, bem como a ação destas classes e das forças políticas e intelectuais que as expressam, que define a posição do lumpemproletariado, sendo que a tendência é aliar-se ao proletariado e não a burguesia, [...] (VIANA, 2009, p. 253).

Tem-se, portanto, que não apenas o lumpemproletariado se afigura como classe social, como exerce posição estratégica dentro dos interesses capitalistas. E ainda que estejam à margem do sistema produtivo, as classes lumpemproletárias e precarizadas possuem capacidade e aptidão política para a ação anticapitalista, não sendo pertinente a alcunha de que tendem necessariamente a serem cooptadas pelas classes dominantes. Há efetivamente uma dimensão insurgente, ou uma perspectiva revolucionária entre as *classes em farrapos*.

Clubes de troca na Argentina: prática social ou práxis anticapitalista?

Abordamos algumas questões centrais para a compreensão dos clubes de trocas, e o quanto as iniciativas do terceiro setor, não raro, são próximas do capitalismo. Ainda, foi possível recuperar o sentido e a perspectiva de uma ação política insurgente pelo lumpemproletariado, aqui representado pelo movimento piqueteiro argentino. Cabe agora, aproximar ou afastar de vez qualquer relação entre os *trueques* e as formas de atuação do movimento piqueteiro, mesmo diante da origem pretensamente comum de ambos.

A Argentina convive, desde a década de oitenta, com uma sucessão de crises que produzem visíveis transformações sociais. Nesse contexto, Maristela Svampa (2005) descreve com propriedade o processo de deterioração, ou de fratura das classes sociais, e que determina o empobrecimento das classes médias, e o processo de pauperização ainda maior das classes mais pobres, e cujo ponto máximo se verifica entre os anos de 2001 e 2002. Este período coincide com o surgimento dos clubes de trocas, e está fortemente relacionado com a deterioração da economia argentina. Não se trata de uma experiência inédita, mas foi na Argentina onde o *trueque* se desenvolveu em maior amplitude.

Experimentos como el trueque con moneda propia ya se dieron con anterioridad em otros lugares del mundo y también en tiempos de crisis, consiguiendo respetables éxitos; pero lo que confiere originalidad al fenómeno del trueque argentino es su dimensión, ya que constituyó el fenómeno más grande a escala mundial. (FERNÁNDEZ MAYO, 2009, p. 8)

Segundo Maximiliano Roman (2010), em 1995 surge o primeiro clube de trocas, também na região do Conurbano Bonaerense, sendo que nos anos posteriores, o seu número cresce exponencialmente, chegando a 7.541 clubes em abril de 2002. Manuela Fernández Mayo (2009) acrescenta que os *clubs de trueque* chegaram a congregar, neste mesmo ano, entre seis e sete milhões de pessoas. Eram iniciativas populares em que bens e serviços eram trocados, tendo-se como moeda indexadora não o dinheiro oficial, mas créditos que eram emitidos por tickets.

Considerando-se *los trueques* enquanto mais um dos fenômenos sociais identificados durante os momentos de fratura social e agudização da crise capitalista na Argentina, e que surgem na mesma dimensão tempo-espço que o movimento piqueteiro, juntamente com as assembléias de bairro, os pannels e os piquetes, as perguntas que remanescem são: os clubes de troca se afiguram como uma experiência de ruptura anticapitalista a ponto de desafiar as formas desiguais do neoliberalismo argentino, ou significaram apenas uma alternativa surgida em meio ao momento de crise e de pauperização social? O que há de insurgente nos clubes de trocas? E a última questão que remanesce é: quem eram os atores sociais desta iniciativa, a classe média empobrecida, ou as camadas miseráveis e desempregadas da população, aqui ilustradas pelo movimento piqueteiro? Afinal, ressalte-se mais uma vez, este mesmo momento de empobrecimento social como um todo, é marcado também pelo surgimento do movimento piqueteiro, que organiza-se em torno de ações específicas de resistência.

Primeiramente, cabe perquirir acerca do significado de uma experiência de utilização das moedas sociais, ou no caso específico dos clubes de troca, os chamados

créditos. Poderia-se pensar que tal implicaria em uma atitude de distanciamento em relação à economia formal enquanto protesto ou insurgência aos modelos institucionais da economia. Cabe observar contudo que a utilização dos créditos está antes associada ao próprio modo de funcionamento dos clubes de troca, do que a uma atitude insurgente. A forma de, em grande escala, oficializar relações de trocas, especialmente quando se ofertam serviços, tornava necessário algum comprovante de tais relações, que nem sempre podem ser completamente diretas. É quando surge o crédito, ou moeda social (PRIMAVERA, 2015), antes como uma forma de viabilizar as trocas, do que uma insurgência à forma-dinheiro e à economia formal.

Considerando os contingentes populacionais que participam de tal iniciativa, não se vislumbra na atividade dos *trueques* uma insurgência ou afronta ao capital. Logo, trata-se mais de um modo interno de sobrevivência em tempos de crise, do que uma ruptura antissistêmica. Surgem os clubes de troca, inegavelmente da necessidade de populações descapitalizadas, em um contexto de inflação, em efetuarem relações que lhes supram a subsistência ou que lhes complementem minimamente as condições de vida. Mas o fato de que tais práticas surjam e se mantenham em períodos de crise, e diminuam em outros momentos, indica serem os clubes de troca soluções emergenciais para momentos específicos de crises. Não sobrevivem como atitude política de recusa à mais-valia e ao mercado, ou ainda como forma de protesto. São antes, uma prática social, que logo se aumenta em face da organização em torno de entidades ou associações, mas que vivem seus momentos de maior sucesso essencialmente em momentos de deterioração das condições socioeconômicas.

José Miguel Candia assinala que o sistema de trocas não difere de um ato de compra e venda rotineiro, no qual cada artigo tem o seu valor convertido em créditos. (2002). Com efeito, considera-se que nos clubes de troca, o seu participante exerce o papel de um *prosumidor* (ROMAN), assumindo simultaneamente os lugares de produtor de mercadorias ou serviços, e também de consumidor. Conforme Hintze e outros, são os participantes que “tienen la doble función de producción y ofrecer ciertos bienes y servicios, y la de demandar otros bienes y servicios dentro de la misma comunidad de intercambio de trabajos o sus resultados” (2003, p. 19).

Conforme Svampa, longe de significar a adesão maciça a uma nova economia alternativa, a difusão dos *trueques* foi consequência da crise econômica, e significou um meio de enfrentar a escassez de moeda e o aumento de preços no mercado informal. (2005). É certo que os clubes de troca se converteram em uma alternativa de acesso a

bens e serviços para contingentes populacionais descapitalizados e pauperizados, em diversos níveis. O que adentra na questão sobre quem eram os seus criadores e destinatários.

Maristela Svampa, sobre os clubes de troca, aponta-os como um “espacio de sociabilidad, de apertura y de cruce entre las clases medias empobrecidas y determinadas franjas de los sectores populares” (2005, p. 146). Para Manuela Fernández Mayo, os clubes de troca foram desenvolvidos por setores da classe média empobrecida (2009, p. 19), e não exatamente por setores já pauperizados e à beira da miserabilidade. Estes setores efetivamente participaram dos clubes de trocas, mas em outra condição.

La importancia que tenía la participación en el trueque y la posibilidad de abastecerse difería según los distintos estratos sociales. En el caso de los sectores medios, que normalmente disponían de ciertos ingresos monetarios y no se encontraban en una situación de extrema necesidad, el uso paralelo del trueque les permitió obtener un mayor rendimiento de sus ingresos, mantener cierto nivel de vida y no caer en la pobreza profunda. Vivían del trueque y podían reservar sus ingresos monetarios para los bienes y servicios que no se conseguían por créditos, por ejemplo para el pago de las cuentas mensuales de gas, luz, etcétera.

Los sectores populares, sin embargo, se insertaron más tarde en el trueque impulsados casi exclusivamente por la urgencia alimentaria. Para ellos el trueque era una estrategia de sobrevivencia sumamente importante, pues se encontraban sin empleo, sin ingresos fijos y les resultaba difícil satisfacer las necesidades alimenticias de sus familias. A diferencia de los sectores medios no participaron en el trueque como mercado paralelo, sino casi como la única opción para conseguir algún tipo de ingreso, aunque no fuera en dinero sino en bienes y servicios. (FERNÁNDEZ MAYO, 2009, p. 13)

Tem-se portanto que os clubes de trocas na Argentina, advindos no contexto da crise capitalista ensaiada na década de noventa, e que tem seu ponto máximo com o *corralito*, em dezembro de 2001, embora surjam no mesmo contexto em que adveio o movimento de desempregados e suas formas típicas de manifestação, não se confundem com uma criação desta classe social. Advém os clubes de troca primeiramente de setores pauperizados da classe média, embora certamente as classes sociais miserabilizadas pelo processo de lumpemproletarização (BRAGA, 2013) também tenham aderido a esta iniciativa, ainda que limitados às suas poucas capacidades de oferta neste mercado informal, restringindo-se mais à oferta de serviços, ou de força de trabalho.

Tampouco pode-se observar na iniciativa dos clubes de troca, um modelo insurgente ou contestador do mercado ou do capitalismo. Ao contrário, a noção de *prosumidor*, adequada a uma visão da cidadania vinculada a partir da inserção no chamado mercado de consumo, não implica na rejeição do sistema capitalista, e sim a tentativa de não viver à margem deste sistema. Trata-se de uma inversão, conforme a

assertiva de Wellen, em que “no lugar de colaborar com a organização, unificação e conscientização dos trabalhadores, a economia solidária mistifica a realidade e as possibilidades concretas da luta de classes, escurecendo assim o horizonte revolucionário” (2012, p. 416).

Considerações finais

O presente estudo tomou como premissa, ou hipótese inicial, a afirmação de que o terceiro setor, ou a assim denominada economia social, aqui ilustrada na imagem dos clubes de troca, não contém um marco teórico ou uma prática voltada à construção de uma ruptura de viés anticapitalista. Embora até possam ser encontradas organizações cujo eixo central de atuação questione as instituições do capital ou as relações de poder decorrentes, cabe considerar que o terceiro setor não está erigido a partir de uma alternativa ao capitalismo, e sim uma iniciativa paralela que permanece anexada ao próprio modelo hegemônico.

Esta premissa inicial, examinada a partir da experiência dos clubes de troca, demonstrou-se verdadeira, na medida em que tal prática está mais vinculada à necessidade contingente de momentos de agudização dos processos de geração de renda para setores pauperizados da população, do que propriamente uma prática insurgente, instituída e administrada com propósitos outros que não a subsistência ou a geração de renda através dos cânones do consumo e da produção.

Demonstrou-se ainda como o cenário de crise capitalista fez nascer uma classe social composta por desempregados e marginalizados pelo mercado formal, à qual pode-se denominar de lumpemproletariado ou exército industrial de reserva. Exercendo esta, ainda que às margens do processo produtivo, importância fundamental ao capitalismo, conforme constata a teoria marxista. Este lumpemproletariado não pode ser tido necessariamente como conservador, ou totalmente cooptável pela burguesia, na medida em que pode efetivamente exercer sua força insurgente. É o que demonstra a experiência do movimento piqueteiro argentino. No entanto, demonstra-se ainda que mesmo havendo simultaneidade temporal e espacial entre os eventos, os clubes de trocas não se identificam nem com práticas anticapitalistas, nem tampouco com o conjunto de ações próprias do movimento piqueteiro, não obstante algumas parcelas do lumpemproletariado até possam ter participado dos *trueques* visando assegurar sua subsistência.

O passado recente da crise capitalista argentina fornece assim, um conjunto de fatos sociais muito importante enquanto fonte de estudos àqueles que se lançam na

tentativa de compreender melhor as complexidades e idiosincrasias do capitalismo sob o regime de acumulação integral, a fim de tornar possível a construção de efetivas alternativas e caminhos de consciência de classe e emancipação social.

Referências:

BRAGA, Lisandro Rodrigues. *Lumpemproletarização Juvenil e Contestação Social na Grande Buenos Aires*. **Em Debat: Rev. Dig.**, ISSN 1980-3532, Florianópolis, n. 8, p. 38-53, jul-dez, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2012n8p38/25512>. Acessado em: 01/10/2020.

_____. *Classe em farrapos. Acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. 1ª ed. São Carlos: Pedro & João, 2013.

_____. *Repressão estatal e capital comunicacional: o bloco dominante e a criminalização do movimento piqueteiro na Argentina*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Goiás. Programa de pós graduação em Sociologia. Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8108/5/Tese%20-%20Lisandro%20Rodrigues%20de%20Almeida%20Braga%20-%202016.pdf>. Acessado em: 25/10/2020.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Boitempo, São Paulo, 2012.

CANDIA, José Miguel. *Organizaciones vecinales: el barrio como fuente de identidad política*. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p. 167-181, 2002. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/208239052.pdf>. Acessado em: 03/12/2020.

FERNÁNDEZ MAYO, Manuela. *El trueque solidario: una estrategia de supervivencia ante la crisis argentina de 2001*. **Rev. pueblos front. digit.**, San Cristóbal de Las Casas, v. 4, n. 7, p. 5-29, jun. 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-41152009000100005&lng=es&nrm=iso. Acessado em 02/11/2020.

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011

HINTZE, Susana; SABATÉ, Alberto M Federico; CORAGGIO, José Luis. Documento base de la Jornada Nacional sobre Trueque y Economía Solidaria. In: HINTZE, Susana. *Trueque y economía solidaria*. ICO, Universidad Nacional General Sarmiento. Argentina, 2003. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/48975.pdf>. Acessado em: 06/12/2020.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre a consciência e emancipação*. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2011

_____. *O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência*. 1ª ed, 1ª reimpr. São Paulo: Viramundo, 2014

LAVILLE, Jean-Louis. *Repensando o espaço público e a economia: contribuição da economia solidária à teoria da democracia*. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 369-377, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/Z9Zbx938VFqf57QqTqXjxjm/?lang=pt>. Acessado em: 16/06/2021.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Tradução Álvaro Pina. 1ª ed, 4ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2005

_____. *A ideologia alemã*. Tradução Alvaro Pina. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luis Bonaparte*. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução Mário Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011b, p. 503.

_____. *O Capital. Crítica da economia política. Livro III: o processo global de produção capitalista*. Trad. Rubens Enderle. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017a, p. 948.

_____. *O Capital. Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017b

_____. *Miséria da Filosofia*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017c

NAMORADO, Rui. *O que é a Economia Social?. Economia Social em Textos*, 1. Coimbra: Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social. Coimbra, 2017. Disponível em: <https://www.uc.pt/feuc/ceces/est/1>. Acessado em: 22/11/2020.

PRIMAVERA, Heloisa. *Moedas sociais vinte anos depois: reflexões críticas e pistas para o futuro, a partir da experiência argentina*. **Cadernos Gestão Social**, v. 6, n. 2, 2015. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31743/pdf_100. Acessado em: 22/12/2020.

ROMAN, Maximiliano. *Cacerolas, piquetes y clubes de trueque. Las expresiones de la rebelión popular de 2001 en el Chaco*. In: **XXX Encuentro de Geohistoria Regional**. Instituto de Investigaciones Geohistóricas-CONICET, 2010. Disponível em: <https://www.aacademica.org/maximiliano.roman/39.pdf>. Acessado em 15/11/2020.

SVAMPA, Maristella. *La sociedad excluyente: la Argentina bajo el signo del neoliberalismo*. 1ª ED. Buenos Aires: Taurus, 2005.

_____. *Argentina, una década después: Del «que se vayan todos» a la exacerbación de lo nacional-popular*. *Nueva sociedad*, n. 235, p. 17, 2011.. Disponível em: https://www.cetri.be/IMG/pdf/3794_1.pdf. Acesso em: 28/11/2020.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, São Paulo: Editora Santuário, 2009

_____. *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. 1ª ed. Lisboa: Chiado editora, 2018.

VIOLIN, Tarso Cabral. *Terceiro setor e as parcerias com a administração pública: uma análise crítica*. 2ª ed. ver.ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

WELLEN, Henrique. *Para a crítica da economia solidária*. São Paulo: Outras expressões, 2012.

RESUMO: Analisa-se no presente artigo, de um lado, o movimento dos clubes de trocas enquanto expressão da economia social, buscando examinar se tais iniciativas possuem de fato a característica de alternativa ou insurgência ao modo de produção capitalista. E de outro lado, a classe social dos desempregados, ou lumpemproletariado, marginalizado na divisão social do trabalho, buscando aquilatar não apenas a sua tendência à cooptação pela classe dominante, como a sua adesão e participação junto aos clubes de trocas. Para tais análises, através de pesquisa bibliográfica e documental, e valendo-se do referencial teórico marxista, adentra-se no cenário do capitalismo argentino na década de noventa, até o início do século XXI, quando em decorrência da crise capitalista neoliberal, coexistiam tanto os clubes de trocas enquanto atividade fortemente difundida, quanto o movimento piqueteiro, composto pelo lumpemproletariado. Conclui-se que, enquanto atividade típica da economia social, os clubes de trocas são apenas uma prática ou costume social, mais frequente em períodos de crise, e que não implica em contestação social anticapitalista nem tampouco está coligado ao movimento do lumpemproletariado piqueteiro argentino e suas demandas políticas insurgentes.

Palavras-chave: Terceiro setor; movimentos sociais; lumpemproletariado; Argentina; clubes de trocas.

RESÚMEN: Este artículo analiza, por un lado, el movimiento de los clubs de trueque como expresión de la economía social, buscando examinar si tales iniciativas tienen realmente la característica de una alternativa o insurgencia al modo de producción capitalista. Por otro lado, analiza la clase social de los desocupados, o lumpemproletariado, marginado em la división social del trabajo, buscando valorar no solo su tendencia a la cooptación por parte de la clase dominante, sino también su adhesión y participación con los clubs de trueques. Para tales análisis, a través de la investigación bibliográfica y documental, y aprovechando el marco teórico marxista, se ingresa al escenario del capitalismo argentino de los noventa, hasta inicios del siglo XXI, cuando a raíz de la crisis capitalista neoliberal, los clubs de intercambio coexistieron como una actividad muy extendida, así como el movimiento de piquetes, integrado por el lumpemproletariado. Se concluye que, como actividad típica de la economía social, los clubs de intercambio son solo una práctica o costumbre social, más frecuente en períodos de crisis, y que no implica contestación social anticapitalista ni está vinculada al movimiento piquetero del lumpemproletariado argentino y sus demandas políticas insurgentes.

Palabras-clave: Tercer sector; Movimientos sociales; lumpemproletariado; Argentina; Clubs de trueques.

*Recebido em: 05/03/2021

*Aceito em: 12/05/2021.